



HORIZONTES PARA PENSAR O CONCEITO DE CORPO: EPISTEMOLOGIAS DE NÓS


HORIZONTES PARA PENSAR EL CONCEPTO DE CUERPO: EPISTEMOLOGÍAS DE NOSOTROS

HORIZONS TO THINK ABOUT THE BODY CONCEPT: EPISTEMOLOGIES OF US

Mayllon Oliveira¹

Suely Gomes²

Deyvisson Pereira³

 10.21665/2318-3888.v9n17p41-60

RESUMO

Esse ensaio busca traçar uma epistemologia do corpo. Entendendo que um conceito é sempre uma multiplicidade (DELEUZE; GUATARRI, 1992), há que se pensar, no nosso tempo, o corpo a partir daquilo que lhe atravessa física e teoricamente. Dessa feita, parte-se para pensar o horizonte possível em que o corpo, o marco zero no mundo (FOUCAULT, 2013), pode se constituir teoricamente, considerando os atravessamentos provocado pelas produções do poder (FOUCAULT, 1979); pela raça, um simulacro da superfície (MBEMBE, 2014); pelas invocações performativas do sexo (PRECIADO, 2014; BUTLER, 2017) e o contexto farmacopornográfico em que ele está imerso (PRECIADO, 2018). O que se conclui é que o corpo é um diagrama de linhas de forças que estão sempre em correlações.

Palavras-chave: Epistemologia. Corpo. Raça. Sexo. Farmacopornografia.

¹ Doutorando e Mestre em Comunicação, Cultura e Cidadania pelo Discente Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação da Universidade Federal de Goiás. E-mail: mayllon.lyggon@gmail.com.

² Professora titular da Universidade Federal de Goiás. Doutorado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (1999); mestrado em Automação de Biblioteca - University College London (1991) e graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1987), Professora do quadro permanente do Mestrado em Comunicação, Cidadania e Cultura (PPGCOM/FIC). E-mail: suelyhenriquegomes@gmail.com.

³ Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e docente na Universidade Federal de Mato Grosso liderando o grupo Limiar - Estudos de Linguagem e Mídia nas áreas de Estudos de Linguagem, Novas Tecnologias da Comunicação, Biopolíticas e Processos de Subjetivação. E-mail: deyvissoncosta@yahoo.com.br.

ABSTRACT

This essay seeks to make an epistemology of the body. Understanding that a concept is always a multiplicity (DELEUZE; GUATARRI, 1992), it is necessary to think, in our time, the body from what crosses it physically and theoretically. This way, we start thinking about the possible horizon in which the body, the zero mark in the world (FOUCAULT, 2013), can theoretically constitute itself, considering the crossings provoked by the productions of power (FOUCAULT, 1979); by race, a simulacrum of the surface (MBEMBE, 2014); by the performative invocations of sex (PRECIADO, 2014; BUTLER, 2017) and the pharmacopornographic context in which it is immersed (PRECIADO, 2018). The bottom line is that the body is a diagram of lines of forces that are always in correlations.

Keywords: Epistemology. Body. Race. Sex. Pharmacopornography.

RESUMEN

Este ensayo busca hacer una epistemología del cuerpo. Entendiendo que un concepto es siempre una multiplicidad (DELEUZE; GUATARRI, 1992), es necesario pensar, en nuestro tiempo, en el cuerpo a partir de lo que atraviesa física y teóricamente. Esta vez se empieza a pensar en el horizonte posible en el que el cuerpo, zona cero del mundo (FOUCAULT, 2013), puede constituirse teóricamente, considerando los cruces provocados por la producción de poder (FOUCAULT, 1979); por raza, un simulacro de la superficie (MBEMBE, 2014); por las invocaciones performativas del sexo (PRECIADO, 2014; BUTLER, 2017) y el contexto farmacopornográfico en el que se encuentra inmerso (PRECIADO, 2018). Lo que se concluye es que el cuerpo es un diagrama de líneas de fuerzas que siempre están en correlaciones.

Palabras clave: Epistemología. Cuerpo. Raza. Sexo. Farmacopornografía.

Introdução

O corpo é desde os gregos antigos, que já são, por si, só uma constituição fundante, um problema para humanidade, para o sujeito, para o nós. Engendrar discussões que remetem a esse conjunto de postulados é, talvez, um exercício necessário nos nossos tempos em que tudo é atravessado e em que as histórias únicas não só não fazem mais sentido, como precisam de “viradas” e pontos de inflexão e reflexão.

Essa é a proposta desse artigo. Objetiva, ser ele próprio, um corpo ensaístico andante no mundo. A partir disso, ele não pretende dar respostas antecipadas e definitivas. Se assim procedêssemos, cairíamos mais uma vez na armadilha de criar histórias únicas e verdades absolutas, tomadas *à priori*. Ao contrário ele pretende, talvez, levantar novas questões que, ao seu tempo, serão feitas a partir de uma revisão bibliográfica e das relações entre conceitos, discursos, técnicas e práticas.

Trazer conceitos já é localizar-se a partir de uma estrutura discursiva. Mas hoje é, talvez, a forma de academicamente estabelecer paralelos e congruentes nas formas que aquilo que se diz tinha as condições para ser dito, como bem nos alerta Foucault. É voltar-se para o “ver e fazer ver” foucaultiano.

Nesse sentido, a linha de pensamento que é aqui percorrida baseia-se na percepção de que “todo conceito tem componentes, e se define por eles”. Desta feita, ele possui naturalmente uma “cifra” que é composta de “multiplicidades”, “embora nem toda multiplicidade seja conceitual” (DELEUZE; GUATARRI, 1992, p. 23).

Dito isso, ao invés de pensar o que é um corpo, nos voltamos para as multiplicidades que constituem esses corpos. Em outras palavras, quais outros conceitos devem ser pensados para se criar um conceito de corpo? Em que multiplicidades os corpos estão imersos? Essas questões não só são basilares nas linhas que escrevem a filosofia, a antropologia, a comunicação, a sociologia e as políticas, como implicam, materialmente, em um conjunto de práticas, de técnicas, de gestão e construção de uma organicidade composta de células, pele, ossos, músculos, líquidos, doenças e, por que não, tecnologias, habitando em devir aquilo que poderemos nos tornar.

A partir disso, propomos uma discussão do conceito de corpo e como ele é (e pode ser) constituído. Começamos com o que é um conceito, depois levantamos os horizontes conceituais que precedem os nossos corpos (relações de poder/saber e raça) os horizontes que nos habitam (sexo/gênero e sexualidade) e os horizontes que habitamos (farmacopornografia).

O que se advoga é que esses elementos não só são necessários para pensar o corpo, como também são fatores responsáveis pelas constituições dos nossos próprios corpos e que criam possibilidades e impossibilidades de suas existências.

O que é um conceito?

Ao escrever sobre as vidas e suas precariedades, Judith Butler (2015) aponta que certas vidas não podem ser consideradas lesadas ou perdidas se não forem, desde o começo, caracterizadas como vida. Na sua construção em *Quadros de Guerra*, a autora lança mão do conceito de inteligibilidade, como uma matriz por meio do qual uma vida é passível de ser entendida como vida.

A partir do que aponta a autora, a inteligibilidade é um “esquema (ou esquemas) histórico geral que estabelece os domínios do cognoscível” (BUTLER, 2015, p. 21). Assim aquilo que é inteligível deve se conformar a certas concepções a fim de se tornar reconhecível. É apenas sendo reconhecíveis que as coisas, inclusive os nossos corpos, tornam-se possíveis no mundo, num sentido ontológico. E apenas entendendo as dimensões do conceito de corpo torna-se possível conseguir estabelecer uma epistemologia desse corpo.

A partir disso o que é um conceito? Como ele se configura? Primeiro, “toda criação é singular, e o conceito como criação propriamente filosófica é sempre uma singularidade”; segundo, “os universais não explicam nada, eles próprios devem ser explicados” (DELEUZE, GUATARRI, 1992, p. 13). Assim, os conceitos começam a se delinear: a) como um resultado de um processo de criação filosófico, que opera como “uma arte de formar, de inventar, de fabricar conceito” (IDEM, IBDEM, p. 8); b) que os conceitos nos dão

dimensão do mundo a partir dos universais; c) que existem um universal no mundo e um outrem, a partir do qual se estabelece uma relação formativa dos conceitos; d) a perspectiva da formação dos conceitos é relacional e como tal modifica-se e, “apesar de datados, assinados e batizados” na sua aplicabilidade e construções, os conceitos “são submetidos a exigência de renovação, de substituição, de mutação, que dão à filosofia uma história e também uma geografia agitadas” (Op. cit., p. 14).

É nesse plano que se começa a delinear os campos e o *corpus* em que os conceitos se aplicam, se constituem e são inaugurados. Dessa feita, se volta para o conceito com a visão de que ele sempre será uma “multiplicidade, mesmo que nem toda multiplicidade seja conceitual” (DELEUZE, GUATARRI, 1992, p. 23). Dito isso, o conceito é como um conjunto de componentes avizinado e circunscrito por um contorno irregular dos seus próprios componentes. Em outras palavras, um conceito sozinho não é nunca suficiente para dar conta de toda capacidade da encruzilhada de problemas que o baseia. Ele tenta suprir essa limitação a partir das suas ligações com vários outros conceitos que possuem os seus componentes próprios. Mesmo assim, ainda existem possibilidades de existências que não poderão ser totalmente aprisionadas ou apreendidas.

Esse é inclusive um dos princípios apontados por Deleuze e Guatarri no entendimento da natureza do conceito de conceito. Para os autores, i) “cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes”. Assim um conceito nunca está só, mas sempre em relação com outros conceitos e inclusive com sua própria história e seus próprios tensionamento à encruzilhada de problemas que lhe dão base; ii) “é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis *nele*”, são os conjuntos de componentes do conceito que o definem, ou seja, são os elementos dos problemas que lhe dão base, seus próprios postulados e suas limitações que criam a sua “endoconsistência” e; iii) “cada conceito será pois considerado como o ponto de coincidência, de condensação ou de acúmulo de seus próprios componentes”. Desta forma, os componentes são como “*traço intensivo*”, nem gerais nem particulares, mas pura e simplesmente singularidades (DELEUZE, GUATARRI, 1992, p. 27-28, grifos dos autores).

A partir dessa compreensão, consolida-se o conceito como sendo esse fator relacional configurado a partir da sua vizinhança, nunca uma entidade isolada e autossuficiente. Sendo o humano criador de conceitos, uma vez que ele é o responsável pela filosofia, ele opera (e é operado) duas vezes: pela criação do conceito e pelo conceito. Cabe enfatizar que “o conceito é um incorporeal, embora se encarne ou se efetue nos corpos” (DELEUZE; GUATARRI, 1992, p. 29). Nesse sentido, o que os conceitos pensam, dizem e descrevem sobre o corpo? Como essa rede de componentes conceituais tornam-se uma coincidência, condensação e acúmulo de si próprios?

O corpo que me habita

Olhos, dentista, boca, oftalmo, cirurgia, aparelho, ouvidos, fones, otorrinos, brincos e piercings, vagina, sexologia, masturbação, histeria, pênis, siririca, curirica, sirigaita, pegador, pés, fetiche, tênis, consumo, ortopedia, umbigo, incompletude, imanência, piercing, feição, falo, poder, cor, negrinho, ladrão, superação, trans, sexo biológico, bios, cis, internet, sertralina, fluoxetina, blush, tatuagem, pílula do dia seguinte, energia elétrica, hipertensão, wearables, casamento, precariedade.

Esses emaranhados são apenas um átomo daquilo que nos habita, daquilo que nos constitui, daquilo que lutamos contra ou a favor, daquilo que habitamos com. Tais linhas deixam ver, escodem, fazem falar e calar, deixam morrer e fazem viver. Controlam, educam, penalizam. Comemos, defecamos, nos relacionamos sexualmente, lemos. Pensamos sobre nós, no que vem depois, no que vem antes. Ligamo-nos a outras máquinas, desejamos. Somos desejados, prescritos, pervertidos, mortos, revividos, nascidos. Todos esses acontecimentos são pautados em um plano de execução em um plano de materialidade, quer queiramos ou não, quer saibamos ou não. *O meu corpo me habita, não o contrário*. Corpo-alma, mente-cérebro: essas dicotomias se esvaem nesse modo de pensar o corpo e, conseqüentemente, a vida. Como resposta para a capiciosa pergunta lançada pelos filósofos – “o que acontece na mente que não acontece no cérebro?” (HARARI, 2016, p.101), diríamos, a partir da perspectiva aqui assumida, que

nada acontece na mente que não tenha ocorrido no cérebro. Cérebro (materialidade, existência empírica) e mente (substância etérea) se (con)fundem.

A relação do ser habitado pelo corpo se estabelece primeiramente porque o corpo é o *locus* onde as experiências e vivências acontecem, onde as ligações são efetuadas, onde as linhas se cruzam e formam as encruzilhadas. Esse “lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o qual no sentido estrito faz-se o corpo. Meu corpo, *topia* implacável” (FOUCAULT, 2013, p. 7). Esse corpo

[...] é o marco zero, somente por meio da sua localização que os indivíduos conseguem cartografar universo circunvizinho. Muito embora, essa localização do corpo não exista. Por ser marco zero é um não lugar, uma utopia. Eu consigo dizer é à direita ou à esquerda do corpo, mas não onde está o corpo. É um cruzamento, um ponto de apoio, mas não um lugar, mas é dele que saem todos os lugares possíveis, reais ou utópicos (FOUCAULT, 2013, p. 14).

Com esses referenciais, nossa tentativa é levantar as linhas que formam esses cruzamentos na busca por entender quais outros conceitos são constitutivos ao conceito de corpo e quais interferências eles podem adicionar ao que convencionamos chamar, em maior ou menor grau, de corpo.

A tarefa aqui assumida nos faz retroceder à aurora do pensamento ocidental, quando os gregos, dentre eles Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eleia e Empédocles de Agrigento, dão, já por volta do século V a. C., indícios de um corpo longo; um corpo presente e constituído na cosmogonia constitutiva de água, fogo, ar e terra. Nesse primeiro pensamento o corpo e a alma eram unos (CARDIM, 2009), assim o corpo é o constituído pelo mundo e presente nele.

Platão, em seu tempo, inaugura a oposição entre o corpo e a alma, no qual essa última preexiste ao corpo e é também imortal e imaterial. O corpo separado da alma, agora é sua prisão. A alma ocupa ainda uma função operativa: é ela a responsável pelo contato do homem com Deus, com a vida transcendente. Expandindo essa percepção, Aristóteles chega a apontar o corpo como sendo uma parte constituinte da natureza, cujas ações se

refletem, sobretudo, na matéria animada, e a alma é a responsável por esse agir (idem, 2009).

Assim, o corpo já é concebido como relacional, mas, nesse momento, apenas com as matérias animadas e inanimadas do mundo, numa perspectiva com o ambiente que o constitui, com o pensamento que ocorre nele, com os movimentos resultados da sua operação. Já nos gregos clássicos, o corpo é nossa forma de estar no mundo, tanto no sentido de ser um “estorvo” como também no sentido de ser uma “possibilidade”, vai afirmar Cardim (2009).

Daí, até a modernidade, o corpo e o pensamento sobre o corpo se modificam como desdobramentos das diversas conjunturas conceituais, uma vez que ele se torna um componente operativo por meio do qual outros conceitos vão se constituir: o cogito do Descartes; a distinção do homem da natureza por meio do eu e do sentimento íntimo de Maine de Biran; a dessubstancialização do corpo e da alma promovida por Kant; Bergson que vai apontar para um corpo imenso e um corpo mínimo, por meio do qual o primeiro muda a si próprio e movimenta a si mesmo e o segundo é invariável e sempre presente; Nietzsche e o corpo como um circuito de pulsões, em todas as instâncias subordinadas ou dominantes no interior de relações de forças; a oposição da sujeito e o objeto, a partir da experiência de um modo de existência ambíguo de Merleau-Ponty (CARDIM, 2009).

Aqui, essa digressão possibilita elencar algumas considerações sobre os corpos. Sem, *a priori*, se propor a dissecar cada uma dessas construções conceituais, o que se apreende é que o corpo está intimamente relacionado a uma série de outros conceitos e de outras conjunturas teóricas e filosóficas; depois, que esse corpo é, ele mesmo, parte de uma experiência de mundo; o corpo é tanto escrevente quanto inscrito de discursos e relações de força e poder; por último que o corpo se torna, assim, um objeto relacional que ao mesmo tempo que habita é habitado pelo seu meio circunvizinho. Isso para se falar, pelo menos por enquanto, apenas a partir da perspectiva dos saberes produzidos no âmbito das ciências humanas.

Nas ciências médicas, ciências naturais e no direito, o corpo passa por outros recortes que não só produzem novas perspectivas como criam novos corpos, aproximando-se talvez

da noção de corpo que nos apropriamos para condução das reflexões aqui produzidas. Uma vez que,

O corpo está também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele um efeito imediato. Investem-no, marcam-no, controlam-no, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo a relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica (...) o corpo só se torna força útil se for simultaneamente corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida apenas pelos instrumentos da violência ou da ideologia. (...) isso significa que pode haver um ‘saber’ do corpo que não exatamente a ciência do seu funcionamento e um domínio das suas forças que é mais do que a capacidade de vencê-las: este domínio e este saber constituem aquilo que se poderia chamar a tecnologia política do corpo (FOUCAULT, 2013, p. 33-34).

Pelo que nos aponta o autor, a primeira coisa a se pensar é: existe um saber sobre o corpo, muito específico, que é tanto produzido quanto produtor dos corpos e é a partir disso que os corpos são possíveis nas sociedades. Mais do que isso, é preciso entender que esse saber é resultado de relações de poder que são horizontais, microfísicos. Uma vez que, esse poder,

Se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. E a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (FOUCAULT, 1979, p. 148-149).

E é também por produzir seus efeitos positivos, dentre eles o saber, que o poder tem em si um plano de resistência, que dá base não só para a produção de novos saberes, como também de outros corpos - esses naturalmente são envoltos em novas relações de poder e saber, ou seja, não há como viver fora das relações de poder e saber. Tampouco, há um corpo humano em um *a priori* social antes das relações de saber e poder sobre os próprios corpos.

Assim, é esse o primeiro horizonte teórico em que os corpos são inseridos, numa rede de relações de poder que produzem saberes sobre os corpos, funcionando como um conjunto

de técnicas descritivas, instrutivas e que não só descrevem os corpos, como também os institui ante ao mundo e o torna, ou não, vivível nesse mesmo mundo. Dito isso, como esses efeitos imediatos e políticos se materializam na nossa carne e lanham nossos corpos, nossa pele, nossas identidades e nossas histórias? Quão útil, produtivo e submissos nos tornamos? Até que ponto o saber sobre os nossos corpos nos habita?

Antes que nasçamos já herdamos e temos nos nossos corpos possibilidades e impossibilidades de vidas já inscritas nos corpos das nossas mães. Essas relações, levadas a cabo a partir das relações de poder, implicam, em si mesmas, seus próprios processos de resistência. Numa conjuntura que liga localização, credo e economia, promulgadas pelo discurso da biologia, a raça é o segundo horizonte a partir do qual o corpo e seu conceito se tornam possíveis. Ou seja, ao pensar um conceito de corpo é preciso localizá-lo na raça que o promulga e o torna possível.

Ao falar de raça, recuperamos Achille Mbembe que a aponta como sendo “uma forma de representação primária” e que “remete, antes de mais nada, a simulacros da superfície”. Assim, pensar a raça nessa perspectiva, impele a um pensamento do corpo imerso em uma conjuntura de uma “ficção útil, de uma construção fantasista ou de uma projeção ideológica cuja função é desviar a atenção de conflitos antigamente entendidos como mais verosímeis” (MBEMBE, 2014, p. 25 e 27).

Dessa feita, a raça, consolidada a partir da racialização, refere-se à criação e estabelecimento de diferenças sociais e culturais que são “geralmente justificadas, encobertas, fundamentadas e marcadas por diferenças físicas como cor de pele e tipo de cabelo, mas que de fato estão enraizadas e são construídas por diversas práticas sociais, culturais, econômicas e ideológicas” (SOUZA, 2017, p. 26). A raça, portanto, se consolida a partir do corpo e de suas características, mas o sobrepõe por meio de um conjunto de discursos e relações de poder construídos no decorrer da história, das estratificações das culturas e das práticas e ações políticas de um conjunto de sujeitos, implicando em uma relação entre dominadores e dominados. O que nos leva a considerá-la como o segundo horizonte que deve ser considerado ao pensar o corpo.

Nascer para depois ser

Começamos pelo que talvez seja o fim, para talvez entender o começo e propor novos fins. Mas não é, ressalta-se, uma tentativa de encontrar repostas prontas e definitivas, nem tampouco de prescrever práticas. Se assim o fosse, seria novamente determinar corpos, determinar vivências, prescrever curas milagrosas.

Nosso corpo começa quanto ainda não temos corpos. Quando ainda sequer somos *sapiens*, uma vez que, “o fato de que o homem pôde tornar-se o ser que está no mundo tem raízes na história da espécie, raízes que se deixam entrever pelos conceitos profundos da precocidade do nascimento, da neotenia e da imaturidade animalesca crônica do ser humano” (SLOTERDIJK, 2000, p. 34).

Nesse sentido, somos, já no nascimento, fruto de uma neotenia, uma prematuridade dos corpos, se comparado às outras espécies. Não nascemos prontos, não estamos prontos, nunca estaremos prontos, no que se refere ao mais rasteiro biologismo do termo. É aí, nascendo prematuro, no nosso fracasso como animal, que nossos corpos começam a ganhar sentidos ontológicos. Antes mesmos de fazer o êxodo do útero ao mundo, já começamos a ser habitados pelas relações de poder e a habitar com a linguagem: uma casa, mas também uma domesticação.

Em decorrência da tecnologia, o ultrassom é capaz de infiltrar-se nos e prescrever os corpos, de invocá-los. O feto que ainda não terminou de formar os órgãos vitais (como coração, rins, pulmão, fígado e cérebro) já começa a dar indícios do sexo, já é passível de ser visto, de ser perscrutado, examinado, gerido, contabilizado na cota da família, divisor do PIB *per capita*. O “é menino” ou “é menina”, proferida pelo médico não é uma descrição desse corpo, é a invocação performativa, uma ação que determina outras ações, comportamentos, performances (BUTLER, 2017). É nesse momento biológico que esse corpo começa a habitar o mundo da linguagem e da cultura que ele ainda é incapaz de dominar.

Essa invocação performativa já carrega em si uma série de outros postulados que lhe dão base, uma série de componentes responsáveis pelo seu conceito do que é menino ou

menina. Primeiro, tal ato, nitidamente naturalizado seja no nascimento ou através do ultrassom, já seleciona os corpos que podem ser aceitos como “normais”. É preciso estar em uma das duas categorias: menino/menina, homem/mulher. Estar em qualquer flutuação entre esses dois fatores torna-se impossível, inaceitável, ou seja, os corpos só podem ser entendidos se sexuados, só podem ser aceitos, se sexuados (PRECIADO, 2014).

Essa primeira fragmentação do corpo acontece a todos, ninguém está imune ou, até mesmo, impune. Sua interpelação não apenas descreve, mas tem efeitos prostéticos: “faz corpos” e, mais que isso, uma vez atribuído o sexo, “qualquer mudança de denominação exige, literalmente, o recorte físico do corpo”, que envolve tanto uma mudança física e biológica - a partir de um procedimento cirúrgico - como também uma postura legal e política - por meio das questões legais e jurídicas envolvidas no processo. Nesse sentido, “os órgãos sexuais não são somente ‘órgãos reprodutores’, no sentido de que permitem a reprodução sexual da espécie, e sim que são, também e sobretudo, ‘órgãos produtores’ da coerência e do corpo como propriamente ‘humano’” (PRECIADO, 2014, p. 131).

Feitas essas considerações, começa-se a delinear o terceiro horizonte em que os corpos se localizam e são localizados. Não há possibilidade de ver e existir um corpo sem sexo. Esse sexo não está relacionado apenas à uma configuração biológica, mas é antes, “o núcleo onde se aloja, junto com o devir da nossa espécie, nossa ‘verdade’ de sujeito humano”, daí que, o sexo (e também a sexualidade) inaugura, nas sociedades cristãs, um fator que é preciso “examinar, vigiar, confessar e transformar em discurso” (FOUCAULT, 1979, p. 230).

A partir desse terceiro horizonte ou linha horizontal que inscreve nos corpos as formas de viver, sua derivante, a sexualidade, constitui-se igualmente como um conjunto de práticas, que, como efeito, levam à “grande estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação aos discursos, à formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”, em suma, a um “dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988, p. 117).

Aqui, o sexo e a sexualidade, como duas possibilidades de discurso, encontram-se com o gênero para formar a tripé que constitui esse terceiro horizonte, uma vez que, o gênero, tal como sexo, é discursivo. Nessa perspectiva, o que Butler argumenta é que, “a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (BUTLER, 2017, p. 27). Mais ainda, uma vez sexuados, os corpos precisam performar e desejar. Já que a função discursiva do sexo é enquadrar esse corpo em significação de gênero, ou seja, a partir de uma fórmula em que “esse significado só existe *em relação* a outro significado oposto” (BUTLER, 2017, p. 31). Em outras palavras, a descrição sexual dos corpos encarna também um gênero (uma forma de comportamento) que pressupõem, *a priori*, um desejo que refletirá nas suas práticas: pênis = menino = homem + vagina = menina = mulher. Os elementos que compõem a equação se complementam e só são entendidos quando em conjunto. Daí que não só nascemos já descritos, como temos também prescritos em comportamento, em desejo, no como nos relacionamos e no como sentimos prazer. Somos envolvidos no manto da obrigação.

Um panorama da nossa chegada ao mundo pode ser descrito, então, da seguinte forma: 1) não estamos prontos, nossa espécie é fruto de um fracasso animal que resulta em uma neotogenia; 2) não há possibilidade de corpos fora das relações de poder e saber; 2) os marcadores de raça nos precedem; em determinar condições, ser passível de nascimento já é um ato de resistência; 3) mesmo incompletos, ainda dentro do útero, os corpos já são atravessados pelos discursos que constituem o sexo e gênero; 4) o corpo sem sexo é impossível de significação.

A manjedoura do mundo

Somos frutos das condições em que viemos ao mundo. Se não podemos nascer fora das relações de poder, se temos geneticamente um fenótipo e suas modulações basilares, se não temos significação no mundo para além das relações e invocações que permeiam o

sexo, o gênero e a sexualidade, chegamos ao mundo prematuros e despreparados para lidar com o caos que nos circunvizinha.

Estando no mundo, mergulhamos em um processo complexo, que é nosso último horizonte, de onde esperaremos o julgamento dos vivos e mortos. O lugar em que poremos os pés, em algum momento das nossas vidas. É como um micélio que há tudo envolve. É como o sólido que se desmancha no ar. O micélio, é uma das fases do fungo, recobre toda a terra, inclusive abaixo do piche, da madeira, do vidro e o que mais tiver. Essa “cobertura” fúngica da terra serve como uma gigantesca rede neural da natureza, que propaga, entre si um conjunto preciso de informações responsáveis por sua própria sobrevivência.

Esse micélio que nos habita (mesmo que não saibamos ou queiramos) é a fina rede que envolve a tudo e todos e onde precisaremos nos ocupar para viver. Como afirmam Lafraia e Castanho (2021), citando Kaes (2015), nos nutrimos desse micélio intersubjetivo, constituídos em e pelos nós de uma rede inter e transubjetiva. que agem sobre e organizam sua economia libidinal (apoiado no corpo) e seu espaço intrapsíquico. O “dito ‘intrapsíquico’ é também vincular, apoiado no corpo (representado pela economia pulsional) e na história dos vínculos do sujeito” (LAFRAIA; CASTANHO, 2021, p. 83).

Preconizado por Foucault, também presente na obra de Deleuze (embora com outra terminologia), nossa sociedade se baseia em uma certa ocupação dos sujeitos. Da cama ao trabalho, do trabalho ao *happy hour* (como uma certa extensão do trabalho), do trabalho à universidade: com algumas variações que incluem a escola, o hospital e às vezes a camisa de força. É essa rede, essa rotina da maioria das pessoas do mundo. E, após a modernidade, se tratou disso: medir, gerenciar, ocupar, docilizar os corpos. Manter os vínculos sobre controle e vigilância.

Os séculos XVIII e XIX, com auge no século XX, são os períodos que Foucault caracteriza como sendo o período da sociedade disciplinar. Nesse período, o sujeito transita de um espaço à outro (escola, quartel/trabalho, hospital/prisão) a partir de uma série de confinamentos, dos quais a fábrica é o mais emblemático, uma vez que ela atua para “concentrar, distribuir no espaço, ordenar no tempo”, em suma, “compor no espaço-

tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares” (DELEUZE, 1992, p. 219).

Tanto Deleuze (1992), quanto Foucault (2008) apontam a brevidade desse processo. A sociedade disciplinar não é mais o que somos, nem tampouco voltaríamos a ser. As reformas nos sistemas educacionais, prisionais e hospitalares, apontam para uma nova forma de gestão: biopolítica, para Foucault, de controle, para Deleuze.

Se em um primeiro momento (sociedade disciplinar) há uma certa necessidade de “conserto” individual, as novas formas de gestão estão muito mais voltadas para um trabalho populacional, por meio de uma gestão de um contingente total de indivíduos, porém, ressaltamos que, “não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições” (DELEUZE, 1992, p. 220).

Retomando a questão da sociedade, a partir do limiar dessa sociedade disciplinar foucaultiana, Deleuze (1992) propõe que esta deu lugar à sociedade do controle. Um dos sintomas dessa nova configuração é que “nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal” (DELEUZE, 1992, p. 221).

Essa nova formação não está mais ligada à violência do Estado, a partir do conjunto de dispositivos arquitetônicos, mas numa substituição da disciplina pela vigilância, em uma formação integral e interminável. O modelo “chão de fábrica” foi trocado pelo modelo “CEO do ano”: gratificações, constante instabilidade, exercícios e exames constantes se estendem por todo o social e por toda organização do capital e da força de trabalho.

Um pouco mais próximo do nosso tempo, Paul Beatriz Preciado (2018) nos aponta os indícios e as “viradas de chave” para o que ele considera como sendo uma “era farmacopográfica”, uma certa ampliação da biopolítica. Uma construção que o autor faz por meio do “mapeamento das transformações da produção industrial durante o último século”, ou seja, “uma análise somatopolítica da economia mundial” (PRECIADO, 2018, p. 26).

A biopolítica é proposta por Foucault (2008) como a arte de governar os vivos. É um estudo proposto pelo filósofo a partir da implementação do liberalismo como um sistema financeiro, mas também um governo das populações. Em suma, a biopolítica se instaura como um sistema de gestão dos corpos, não mais de forma individual, como ocorria nas sociedades disciplinares, mas a partir da noção de população como um todo. Tal exercício viabiliza a otimização e aproveitamento do corpo pelo estado e pelas instituições.

A modificação desse processo de gestão corporal consolida-se por meio da modulação do poder, que deixa de ser entendido como uma posse, por meio da qual se estabelece uma repressão, para uma relação em nível microfísico, que se implanta em níveis capilares entre os sujeitos, seus próprios corpos e desejos.

Voltando à farmacopornografia de Preciado (2018), o que o autor aponta é uma série de eventos históricos por meio do qual nos tornamos essa sociedade de constante excitação. Nessa nova organização social, os pensamentos, angústias, humores, comportamentos e desejos dos cidadãos podem ser modificados, atenuados, levados em uma outra direção conforme a determinação de drogas psiquiátricas. Essas medicações, não visam a “cura”, mas se portam antes como uma espécie de adestramento e controle químico em resposta ao que se propõe como parâmetro de normalidade (PRECIADO, 2018)

Não é apenas um conjunto de técnicas governamentais que agem sobre as configurações de sujeitos no nosso tempo. É, profundamente, um deslocamento pós-fordista do controle sobre a vida do estado para uma gestão de corporações farmacológicas e midiáticas.

A mudança é tão significativa que, se antes habitávamos esses lugares (escola, igreja, hospitais e quartéis), passamos a ser habitados por eles (no caso dos medicamentos) e a habitar com eles (os smartphones, os *weareables* e os *devices* que nos conectam ao mundo). Preciado (2018) aponta que em um século passamos do panóptico à pílula anticoncepcional, da torre de vigilância à vigilância introjetada, de um sistema de disciplinas na qual o indivíduo é produto do poder, para aquele sistema em que ele o consome e administra cotidiana sobre si mesmo. Em suma, mudamos de cidadãos a

consumidores. E é essa economia de poder global, midiática e pós-industrial que o autor chama de regime fármacopornográfico.

Dessa feita, nossa sociedade muda de uma economia baseada na atividade industrial de bens de consumos duráveis para uma economia baseada na indústria pornô hospedada na internet e de satisfação imediata. Assim, o farmacoponismo, se consolida como sendo “esta nova economia dominada pela indústria da pílula, pela lógica masturbatória, e pela cadeia de excitação-frustração em que se apoia” (PRECIADO, 2018, p. 40). Ou ainda,

no regime farmacopornográfico toda a economia global se organizaria sob a lógica da pornografia, visando lucrar como lucra a pornografia, aspirando à produção intensificada de fluxos imediatos de dinheiro, fármacos, imagens digitais e fluídos corporais em ciclos de excitação e frustração, sem alívio, sem descarga de energia, sempre produzindo mais produção sem consumir o consumo (PRECIADO, 2018, p. 40).

Em resumo, se na obra de Foucault o biopoder se consolida a partir de instituições que produzem subjetividade (família, escola, quartel, fábrica), em Deleuze há o deslocamento da disciplina para o controle e para a formação interminável e inacabada. Preciado vai ainda mais longe (ou mais profundo) e aponta para uma manifestação ainda mais maquínica do poder: no fluxo de medicamentos na corrente sanguínea, na excitação dos corpos por meio da frustração, nas cirurgias estéticas e emergenciais, na produção e circulação imediata de informação, pixels e *bites*, as novas formas de criação, profusão e circulação de discursos – novas formas de controle de corpos. É esse novo cenário de coleta de dados, consumo de informações e fármacos, alterações corporais, de excitação e frustração constante que os corpos podem ser pensados e que vai constituir nosso último horizonte.

É preciso ressaltar que o regime tanatopolítico (de controle sobre vida e morte da biopolítica), o sistema disciplinar, a sociedade de controle e a era farmacopornográfica coexistem e se sobrepõem. Se localizam dentro e fora dos sujeitos, em suas correntes sanguíneas, juntos consolidam o conjunto de fluídos corporais do sêmen à ovulação, servem como opiáceo ao viciado (em heroína ou identidade) e estão no plano de imanência dos nossos (novos) corpos. Isso porque, segundo o autor,

o biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas, e sim variáveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e condições de alma. Em biotecnologia e ponocomunicação não há objeto a ser produzido. O negócio farmacopornográfico é a invenção de um sujeito e, em seguida, sua reprodução global (PRECIADO, 2018, p. 38).

Dessa feita, não há como pensar o corpo sem considerar os agenciamentos em que ele está implicado. Os agenciamentos não só delimitam o que pensamos sobre o corpo, como enreda também em um conjunto de práticas desses próprios corpos, suas formas de constituição e, mais ainda, os corpos desses sujeitos que, produtor e produto, serão os responsáveis pelas nossas experiências no mundo.

Considerações finais

Nós vivemos e localizamos o mundo a partir do nosso corpo – o marco zero. Não existe direita, esquerda, homem, mulher, acima, abaixo, se não tivermos um corpo como referencial. Não obstante não há possibilidade de experiência no mundo sem um corpo.

Não obstante, é nesse corpo que se inscrevem um conjunto de discursos, práticas, performances, formas de vida que podem ou não ser vivíveis. É dentre desse fulcro utópico que somos capazes de nos sujeitarmos ou resistirmos às relações de poder.

Sendo, portanto, um elemento basilar na constituição dos sujeitos e de uma ontologia daquilo que podemos vir a ser, o corpo deve ser visto como um marco zero, uma encruzilhada, o ponto a partir dos quais várias linhas se entrecruzam. Linhas essas que chamamos aqui de horizontes.

Esses horizontes não têm em si uma relação de superioridade ou hierarquia de uns com os outros. Eles são apenas possibilidades sem as quais é, acreditamos, impossível se pensar o corpo e seus surgimentos inteligíveis enquanto conceitos. São as multiplicidades que não só são responsáveis por nos constituir como sujeitos habitados por corpos, como também devem ser consideradas ao pensarmos sobre os corpos.

Esses horizontes nos precedem (como é o caso das relações de poder/saber e da raça), nos habitam (como é o caso do sexo/gênero e sexualidade) e são o micélio abaixo dos nossos pés (farmacoponografia). Considerá-los é entender que *os corpos existem com* a dispersão e modificação dos discursos pela história; pelas práticas culturais dominadoras; pelas alterações provocadas sobre o corpo a partir do neoliberalismo; pelo jogo de excitação/frustração da mídia e da pornografia e, sobretudo, por aquilo que podemos vir a pensar sobre os nossos próprios corpos.

Referências

- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARDIM, L. N. **Corpo**. São Paulo: Globo, 2009.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G. GUATARRI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **O corpo utópico | As heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- HARARI, Noah Yuval. **Homo Deus: Breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, 496 p.
- LAFRAIA, Luciana Menin; CASTANHO, Pablo. *Sonha-se em equipe? *Ágora*, 24 (1) • Jan-Apr 2021. P. 82 a 90. Disponível em <https://www.scielo.br/j/agora/a/jkLdMcJMP87pymyyJMqPrFQ/?lang=pt#> acesso em maio 2021.*
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

PRECIADO, P. B. **Texto Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacoponográfica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SLOTERDIJK, P. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SOUZA, E. M. Processos de racialização: inteligibilidade, hibridade e identidade racial em evidência. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, Set./Dez. 2017.

Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/15567>.

Acesso em: 01/07/19.

Recebido: 25.05.2021
Aprovado: 30.06.2020